



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Educação
Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa
Coordenação do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu
Especialização em Ensino de Geografia

VALÉRIA BARBOSA VELOSO

**EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO: uma análise do conhecimento dos alunos da Escola Estadual Francisco
Ernesto do Rego em Queimadas- PB**

Campina Grande-PB
2015

VALÉRIA BARBOSA VELOSO

**EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO: uma análise sob a perspectiva de conhecimento dos alunos da Escola
Estadual Ernesto do Rego no Município de Queimadas- PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do Grau de Especialista em Geografia.

Orientadora: Dr^a Aretuza Candeia de Melo

Campina Grande-PB
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

V432e Veloso, Valéria Barbosa.

Educação contextualizada para a convivência com o semiárido [manuscrito] : uma análise do conhecimento dos alunos da Escola Estadual Francisco Ernesto do Rego em Queimadas - PB / Valéria Barbosa Veloso. - 2015.

43 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Ensino de Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo, Geografia".

1. Semiárido paraibano. 2. Educação contextualizada. 3. Ensino de Geografia. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

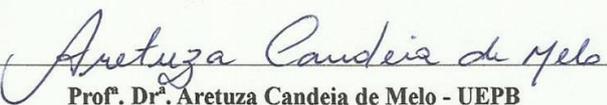
21. ed. CDD 370.71

VALÉRIA BARBOSA VELOSO

**EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO: uma análise sob a perspectiva de conhecimento dos alunos da
Escola Estadual Ernesto do Rego no Município de Queimadas-PB**

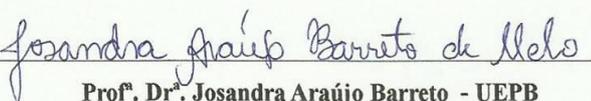
Monografia apresentada e aprovada em 26 / 03 / 2015 como requisito para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Geografia, Departamento de Geografia, Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA



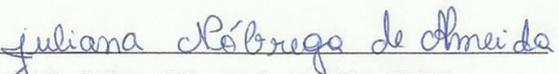
Prof.ª Dr.ª Aretuza Candeia de Melo - UEPB

Orientadora



Prof.ª Dr.ª Josandra Araújo Barreto - UEPB

1º Examinadora



Prof.ª Ms. Juliana Nóbrega de Almeida - UEPB

2º Examinadora

Campina Grande-PB

2015

Aos meus filhos Luan Barbosa e Levi Barbosa, por serem
minha força, minha inspiração e a razão pela a qual eu nunca
desisti de lutar por uma vida melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a *Deus* por ter me dado coragem, força e, principalmente, esperança. Por estar por perto quando precisei e por ter me levantado quando, muitas vezes, caí. Por nunca ter me deixado.

Aos *meus familiares* pelo apoio quando pensei em desistir, principalmente a minha mãe *Gilvani*.

Aos meus filhos *Luan* e *Levi* que se privaram de muitos momentos comigo enquanto me dedicava a este curso. Sei que um dia vão entender que foi preciso minhas ausências, e mesmo que não sejam agradecidos, ao menos, saibam que tudo que faço é pensando no melhor para eles.

Ao meu esposo *Roberto*, pela paciência e pela ajuda com o computador e com a informática.

A professora Dr^a *Josandra* que me recebeu neste curso de braços abertos, me dando esta oportunidade. Só tenho a agradecer.

A professora Dr^a *Aretuza*, por ter me aceitado como orientanda, pela amizade, paciência e pela enorme ajuda e contribuição para o término deste trabalho.

A todos os *meus professores* e *colegas* do Curso de Especialização, pela amizade, companheirismo e por terem contribuído para ampliar os meus conhecimentos.

RESUMO

É evidente a necessidade de direcionar a educação e o ensino nas escolas do Semiárido Nordeste e Paraibano, que contemple sua realidade e dê condições de vivência e permanência nesta região. Assim, a proposta de educação para a convivência no Semiárido é uma alternativa de ensino voltada para as necessidades e realidades sociais da população local, promovendo o conhecimento e desenvolvendo capacidades de reflexão e soluções de problemas. É uma proposta que representa a região como meio de possibilidades através de projetos educativos contextualizados, que proporcionem uma relação mais saudável e equilibrada entre homem e natureza, promovendo o desenvolvimento sustentável. O objetivo principal deste trabalho foi diagnosticar se na Escola Estadual Francisco Ernesto do Rêgo localizada no município de Queimadas – PB, vem sendo desenvolvidas práticas educativas voltadas para a convivência com o Semiárido Paraibano e Queimadense. Esta pesquisa teve um caráter quali-quantitativo e seu procedimento metodológico constou de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática e aplicação de questionários direcionados aos alunos e direção da/na escola. E ao analisar os resultados observou-se que apesar da maioria dos alunos morarem e estarem vinculados à vida na zona rural e terem um bom nível de conhecimentos acerca das características, limitações, problemas e riquezas do Semiárido Paraibano e Queimadense, a escola pouco contribui para uma educação contextualizada para a convivência e permanência nesta região, por falta de incentivos e de profissionais habilitados. No entanto é de urgência que os profissionais da educação ponham em prática esta proposta que contribui para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável desta região.

Palavras-chave: Semiárido. Paraibano. Educação. Contextualizada. Ensino de Geografia.

ABSTRACT

It is evident the need to direct the education and teaching in schools of the Semi-arid Northeast and Brazil, which takes into account their reality and living conditions and remained in this region. Thus, the proposal of education for coexistence in the Semi-arid is an alternative education geared toward the needs and social realities of the local population, promoting knowledge and developing capacities for reflection and troubleshooters. It is a proposal that represents the region as a means of possibilities through contextualized educational projects that contemplates a more healthy and balanced relationship between man and nature, promoting sustainable development. The main objective of this work was to analyze the Escola Estadual Francisco Ernesto do Rego in the municipality of Burned-PB, in their educational practice works contextualized, educating for coexistence with the Semi-arid Paraibano and Queimadense. This research had a quali-quantitative character and its methodological procedure consisted of a bibliographical research on the subject and application of questionnaires targeted at students and the school's direction. And to analyze the results showed that although the majority of students live and be linked to life in the countryside and have a good level of knowledge about the characteristics, limitations, problems and riches of the Semi-arid Paraibano and Queimadense, the little school contributes to an education contextualised to the coexistence and permanence in this region, due to lack of incentives and of qualified professionals. However is of urgency that education professionals put in place this proposal contributes to the sustainable socio-economic development of this region.

Keywords: Semi-arid. Brazil. Education. Contextualized. Teaching. Geography.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	9
2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 Ensaio Discursivo Sobre o Semiárido Brasileiro.....	11
2.2 Fundamentos Teórico-Conceituais da Educação Contextualizada no Semiárido Brasileiro.....	13
2.3 Operacionalidade da Educação no Semiárido Brasileiro.....	17
3- CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	20
4- RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6- REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE	

1- INTRODUÇÃO

A proposta da Educação Contextualizada para se conviver no Semiárido brasileiro é uma alternativa para melhor conhecer a região na qual vivemos e estamos inseridos, buscando reconhecer os problemas, as fraquezas, mas também tendo consciência de suas riquezas e perspectivas de que é possível viver e sobreviver nesta região. Esta proposta já é prática de muitas organizações não governamentais, que aos poucos vem ganhando “atenção” do Poder Público Federal e Estadual. Uma educação que direciona o ensino para o estudo do meio onde vivemos, incentivando um melhor relacionamento com os recursos naturais e proporcionando conhecimentos necessários para que haja uma relação harmônica entre o ser humano e a natureza.

A Educação para a Convivência no Semiárido Paraibano visa dar suporte e ferramentas para que as comunidades possam aprender e a lidar melhor com a natureza, ou seja, com a escassez de água e recursos, tanto humanos quanto ambientais, proporcionando conhecimentos que possam ser utilizados no cotidiano da população vivente desta área, por meio de processos de como melhor tratar o solo, melhor forma de irrigação, tipos de culturas agrícolas a serem implementadas entre outros. Por meio de trocas de conhecimentos entre a teoria (educação formal) com a prática (educação e/ou conhecimento informal), que se aprende nas escolas e o conhecimento das comunidades.

Esta forma de ensinar adequando o ensino à realidade cultural e social de cada localidade contribui para que se conheça melhor seus problemas e se busque soluções eficientes para os mesmos. A Educação Contextualizada para se Conviver e permanecer no Semiárido é um projeto de grande importância, principalmente para aqueles que vivem e dependem diretamente da terra para sobreviver, como os agricultores e pecuaristas.

A ideia principal deste trabalho foi a de desenvolver uma abordagem metodológica por meio da instancia cultural para a convivência nesta região a nível local, em especial com os alunos da Escola Estadual Francisco Ernesto do Rego no Município de Queimadas- PB.

É preciso promover um diálogo entre o saber popular e o saber científico, valorizando os saberes da população local sobre o meio em que vivem, suas especificidades, fragilidades e potencialidades, construindo práticas alternativas sempre que possível para promover um desenvolvimento que não seja apenas econômico, mas social, aplicando os saberes adquiridos na escola e sabendo lidar com os problemas que o Semiárido apresenta, gerenciando os conflitos na busca por uma melhor solução dos mesmos.

Nesta perspectiva, este trabalho se justifica pela necessidade de envidar esforços na tentativa de que esta prática seja abraçada pelos dirigentes e docentes das escolas do Estado da Paraíba, trabalhando para romper com a visão de mundo equivocada e a representação social sobre o Semiárido, transformando a ideia de *locus* de miséria, chão rachado em outra que representa a região de possibilidades, através de projetos educativos contextualizados que contemplem uma relação mais saudável e equilibrada entre sociedade e natureza.

Sendo a escola um espaço de troca de saberes, foi por meio dela que se pode efetivar esta análise. Ao discursar sobre os pilares da educação, Begnami (2005) destaca a importância de aprender a conhecer, aprender a fazer, a conviver e a ser. Analisando estes pilares dentro de uma perspectiva para uma educação para o Semiárido, observa-se a necessidade de uma educação contextualizada que possibilite conhecimentos adequados à convivência com esta realidade, ou seja, adquirir conhecimentos que auxiliem numa relação harmônica a fim de garantir o Desenvolvimento Sustentável.

A temática central deste trabalho é incentivar o desenvolvimento de capacidades e competências que sejam utilizadas nas atividades do cotidiano tais como nas atividades produtivas. Uma educação para uma convivência com o meio ambiente, mediante o manejo e uso sustentável dos recursos naturais. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar se a Escola Estadual Francisco Ernesto do Rêgo, localizada no município de Queimadas – PB, em sua prática educativa, trabalha de forma contextualizada, educando para a convivência com o Semiárido Paraibano e Queimadense.

Este trabalho procurou instigar o debate acerca da temática no meio acadêmico expandindo para os gestores educacionais e alunos da referida escola, no intuito de abraçarem esta metodologia de ensino, esta nova prática de orientar a educação para um contexto social e para a realidade ecológica e cultural de cada localidade.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Ensaio Discursivo Sobre o Semiárido Brasileiro

A Região Semiárida Brasileira (SAB) é a maior do mundo, possui uma área de 982.566 km², que corresponde a 18,2% do território nacional, ocupando 53% da Região Nordeste, abrangendo 1.133 municípios. Está inserido no Semiárido Nordestino grande parte dos Estados como Ceará (86,8%), Rio Grande do Norte (93,4%), Pernambuco (88,0%), Piauí (59,9%), Bahia (69,7%), Alagoas (45,6%), Sergipe (50,9%), Maranhão (1%) e Paraíba (86,6%). Além destes Estados Nordestinos, também faz parte do SAB o Norte de Minas Gerais (17,7%) (BATISTA & CAMPOS, 2013).

A população do Semiárido chega a 22 milhões de habitantes, caracterizando a maior concentração de população rural do Brasil, com cerca de oito milhões de habitantes (IBGE, 2010). O Semiárido caracteriza-se por temperaturas elevadas e o regime pluviométrico é bastante irregular no tempo e espaço, provocando longos períodos de secas e concentrando chuvas em poucos meses, este fato associado à alta evapotranspiração e ao solo tipo cristalino, raso e de pouca permeabilidade, contribui para um grande déficit hídrico, daí a importância do uso e do armazenamento adequado da água nesta região.

Para conviver com esta realidade, uma das técnicas mais utilizadas no Semiárido é o armazenamento da água em cisternas, que aproveitam a água da chuva através das calhas das residências e escolas e tanques de pedras. A expressão Semiárida indica a situação de aridez, consequência dos modos de exploração da terra, do desmatamento, da prática predatória e irracional dos recursos naturais aliados à escassez de água e ao precário sistema de armazenamento da água pluvial. Esta é uma área do território brasileiro que merece uma maior atenção e uma reflexão acerca das práticas cotidianas que se apresentam neste espaço.

É preciso mudar a imagem, o estereótipo de que o Semiárido é uma região de fome, de analfabetismo, de animais mortos, de êxodo rural, de terra seca e rachada, e passar a ver, valorizar e dar maior importância as suas potencialidades e particularidades, pois como Baptista & Campos (2013) relata em seu trabalho “*Caracterização do Semiárido Brasileiro*”. Esta região possui uma natureza rica e diversa, dispondo em seu território do bioma Caatinga, que é exclusivamente brasileiro, apresentando grandes variedades de paisagens e riquezas biológicas, animais e vegetais, apresentando 12 tipos diferentes de Caatingas, com várias espécies endêmicas, ou seja, que não existe em nenhum outro lugar do mundo, com

fascinantes exemplos de adaptações a este habitat. Sua vegetação é composta principalmente de espécies lenhosas, cactáceas e bromeliáceas (BARBOSA, 2010).

Apesar de seu déficit hídrico, o SAB (Semiárido Brasileiro) é o mais chuvoso do mundo, com médias pluviométricas que varia de 200 mm a 800 mm anuais, dependendo da região. Logo, isto não significa falta d'água. O que falta é o direcionamento de políticas públicas condizentes para a permanência e convivência com a realidade, uma adaptação das famílias ao ambiente e a natureza, associando-se a ela com a construção de açudes e formas de captação e armazenamento de água eficazes para os períodos da seca (BARBOSA 2010).

Como a economia nesta região se sustenta basicamente pela pecuária e agricultura familiar, pondo em prática um desenvolvimento sustentável irá garantir o acesso a água, a diversificação da produção e, conseqüentemente, a segurança alimentar desta população, o que implicará na diminuição do êxodo rural.

Direcionar políticas públicas que ensinem novas técnicas, mas que também valorizem os conhecimentos desse povo, seu modo de viver, modos de plantar, de captar água, de adubar a terra, de guardar suas sementes numa troca de conhecimentos onde, conforme Freire em sua teoria sobre a *“Educação Libertadora”*, todos ensinam e todos aprendem, não impondo técnicas e práticas externas, desconsiderando o conhecimento e vivência daquele povo. Um projeto de desenvolvimento sustentável, que não seja apenas econômico, mas, acima de tudo social (FREIRE, 1980). É preciso desconstruir a imagem negativa que se tem do Semiárido e a escola tem o papel principal nesta empreitada, pois como afirma Moura (2005, p. 51):

As escolas no Nordeste vêm a muitos anos ensinando aos alunos que trabalhar na agricultura era ruim, era trabalho penoso, de pessoas ignorantes e sem estudo, que eles deveriam migrar para as cidades, pois lá teriam mais oportunidades, que ser do campo era coisa de matuto, os deixando com vergonha de sua origem e de seu lugar de vivência, estimulando o desejo de migrar em busca de novos horizontes.

É necessário refletir sobre a educação que está sendo trabalhado nas escolas, no sentido de educar para a sobrevivência e convivência com e no Semiárido. Uma educação contextualizada que trabalhe a realidade desse povo, valorizando suas especificidades e potencialidades no sentido de gerar conhecimentos e formar profissionais do campo e para o campo, que se engaje na batalha de desenvolver efetivamente esta região para que seu povo não precise mais migrar para as cidades, mas que permaneça em seu lugar de origem, trabalhando no campo, com qualidade de vida.

2.2- Fundamentos Teórico-Conceituais da Educação Contextualizada no Semiárido Brasileiro

A educação Contextualizada para a convivência no semiárido é uma prática pedagógica de ensino que vem sendo desenvolvida com bons resultados e que virou objeto de discussões por diversos órgãos não governamentais, e de forma muito embrionária vem ganhando espaço também nos debates acerca do processo de ensino-aprendizagem pelos órgãos oficiais do governo. A educação para a convivência no Semiárido é uma educação voltada para as necessidades e realidades sociais do público a qual se destina, promovendo o conhecimento do mundo que os rodeiam, desenvolvendo a capacidade de reflexão e soluções de problemas.

Antes de aprofundar o debate acerca desta temática, inicialmente é necessário fazer uma breve reflexão acerca do papel da escola e do ensino nesta região. Sabe-se que a escola é um local único de trabalho, que visa à educação popular e sendo um lugar de constante luta ideológica, é nela que se dão claramente os choques de ideias e convicções, as tensões e luta de forças (SILVA JUNIOR, 1991). A escola precisa ter claramente definidos seus objetivos, de forma que o processo de educação, seja entendido como práxis social e não seja apenas sinônimo de escolarização e transmissão de conteúdo.

Tavares (2009, p. 145) ressalta que *“a escola é o espaço educativo onde se define com intencionalidade o que se ensina e o que se aprende”*. Ela deve planejar sua prática pedagógica e ter consciência de sua função social, para não ser usada como objeto pelo Estado assegurando seu domínio e poder.

No que se refere ao ensino nas escolas do Semiárido Brasileiro, Nordeste, e principalmente, Paraibano, é que a maioria delas estão engessadas num modelo ultrapassado e excludente, que trabalha de forma descontextualizada da realidade e vivências de seus alunos, valorizando apenas o saber formal, aquele voltado para instrução, em detrimento da construção de conhecimentos que possibilitem a construção de valores para uma convivência e sobrevivência na sociedade em que se está inserido.

É preciso repensar o atual modelo de escola e a concepção de educação que vem sendo adotada por elas, no sentido de promover uma educação de qualidade, que desenvolva o aluno de maneira integral e não lhe propicie apenas o acúmulo informacional. O livro didático tem contribuído muito para esta distância entre o ensino e a realidade do povo que vive no Semiárido, trazendo outra realidade, baseada nos Estados do Sudeste e Sul, estes livros são

adotados de maneira geral, para dar conta das diferentes realidades, que se apresentam por todo o Brasil.

O professor precisa ter consciência de que o livro didático pode ser uma síntese norteadora de seu trabalho, uma referência, mas não é definidor de limites para o mesmo. Ele pode e deve ir além do que o livro didático propõe, e articular os conteúdos de forma que valorize a história de vida das pessoas, seus conhecimentos, percebendo a diferença e a diversidade como riquezas para a construção de fazeres e saberes. Ficando a prática pedagógica, o currículo e os conteúdos passíveis de constantes problematizações e reformulações.

Este espaço de adequação dos conteúdos, pelo professor, as vivências dos alunos é garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (MEC/LDB, 1996), a qual deixa claro que na oferta de educação para a população rural os sistemas poderão promover as devidas adaptações às especificidades da vida no campo, garantindo que podem ser adequados os conteúdos do currículo e até a metodologia, adequando inclusive à natureza do trabalho na área rural. Cavalcanti (2002, p.78) diz que:

O ensino é o processo de conhecimento do aluno mediado pelo professor, no qual estão envolvidos os objetivos, os conteúdos, os métodos e as formas organizadas do ensino, e que o papel da escola e da Geografia neste processo é o de “... Instrumentalizar o cidadão para a compreensão do espaço tal como hoje ele está produzido”.

Nesta perspectiva, pensar a educação para a Convivência com o Semiárido é a partir do entrelaçamento das diversas áreas do conhecimento, ou seja, da interdisciplinaridade e interculturalidade, possibilitar a formação de novas atitudes, comportamentos e procedimentos no relacionamento com o meio e com formas de convivências mais sadias e sustentáveis, formando sujeitos conscientes de suas fragilidades e potencialidades, construindo diferentes formas de compreender, explicar e ensinar o mundo, tendo como referencial a realidade a qual estão inseridos.

Uma Educação Contextualizada para a Convivência no Semiárido é aquela que se apossa dos diferentes saberes em prol de se trabalhar o local para se compreender o global, valorizando a cultura, os saberes, as tecnologias das pessoas que vivem nele, como seus modos de plantar, captar a água, adubar a terra, guardar suas sementes, seu modo de se relacionar com o meio ambiente e de cuidar da terra, reconhecendo o agricultor, a pessoa do campo, como produtor também de conhecimentos numa troca de saberes onde todos ensinam e todos aprendem, segundo o princípio da Educação Libertadora de Paulo Freire e não

impondo conhecimentos externos e tecnicistas para atender ao padrão produtivista (FREIRE, 1980).

Na construção deste tipo de educação, a escola tem um papel fundamental, pois, segundo Moura (2005), as escolas no Nordeste Brasileiro há muito vem ensinando que para prosperarem, os alunos, teriam que sair do campo, que o trabalho no campo era penoso e para quem não sabia ler e escrever, que “ *ser do campo era coisa de matuto, brocoió, pé rapado, ignorante, que o pessoal da cidade era mais inteligente, falava melhor [...], a escola roubou a identidade, deixou os alunos com vergonha de seus pais e de seu ambiente* (p.65).

Além de o livro didático estar ausente da realidade e cultura do povo que vive no Semiárido, a escola tem contribuído para a sua desvalorização e incentivado o êxodo rural. Ela não aprofunda os conhecimentos necessários para uma vida no campo. Ela não tem produzido conhecimentos capazes de enriquecer e melhorar a vida das comunidades.

Atualmente, se tem observado, principalmente nestas escolas (do semiárido), uma considerável evasão escolar e distorção de idade-série, ou seja, que a cada ano mais alunos deixam de ir à escola, e que cada vez aumenta o número de alunos cursando uma série fora da idade ideal. Este fato pode ser indício de que a escola não está respondendo as expectativas e interesses deste público. Tavares (2009, p. 148) afirma que, *os conteúdos escolares, por desconsiderarem as experiências e a pluralidade cultural dos sujeitos, são obsoletos e sem significado*, assim os alunos se sentem desmotivados a aprenderem o que, de fato, não vai ter utilidade prática em seu dia-a-dia e acabam por desistir de estudar.

Haroldo Schistek, teólogo, agrônomo e idealizador do Regional Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), com sede no Juazeiro-CE, em entrevista feita por Thamiris Magalhães à IHU Online (2012) afirma, que *a educação escolar tradicional tem contribuído muito para espalhar uma imagem de inviabilidade econômica, feiura e morte da Região Semiárida*. Ela Também tem difundido e aprofundado a campanha de combate à seca, esta considerada responsável por todas as mazelas que existem na região semiárida.

Este discurso vem sendo utilizado a anos por políticos, e as políticas públicas direcionadas neste sentido, como Bolsa Família, carros-pipa e cestas de alimentos, são apenas paliativos que acabam por deixar a população na dependência da boa vontade de corruptos que se utilizam da malha do governo para garantir votos e se eleger.

O que se tem observado é que as ações que têm sido implementadas no Semiárido Brasileiro, Nordeste e Paraíba foram e, em alguns casos, ainda são orientadas para o combate às secas, pautado no que se chamou de “*solução hidráulica*”, que consiste na acumulação de água no período da estação chuvosa em açudes de grande e médio porte e em

cisternas aproveitando a água das calhas das casas. Esta política pouco tem contribuído para fortalecer a ideia de convivência com as particularidades desta região, servindo apenas para amenizar as problemáticas sociais resultantes do aumento da população pobre, produzida pelo modelo de desenvolvimento adotado (Bases para a Formulação de uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense (2011).

A escola deve exercer uma prática pedagógica que desperte a capacidade crítica e a reflexão dos alunos para o real motivo dos problemas que assolam o semiárido, como a fome, a falta de acesso a água, e não a falta dela, pois o nosso semiárido é o mais chuvoso do mundo, entre outros. Explicitar que a maioria destes problemas é de origem estrutural, política, da falta de uma eficaz proposta de desenvolvimento que atenda as reais necessidades das populações que vivem nessas áreas.

É preciso aprender a conviver com as características socioambientais do Semiárido e não tentar transformá-las, pois elas são inerentes a esta região e não podem ser mudadas. Como fenômeno natural, a seca faz parte da história da região, sendo relatada desde os tempos da colonização portuguesa. Conforme Moura (1985, p. 263), o primeiro registro oficial sobre a seca foi feito pelo missionário Fernão Cardin que a relata da seguinte forma:

O ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província que os engenhos não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco..." Dos índios que desceram do sertão apertados pela fome, uns quatro ou cinco mil se socorreram dos brancos. E, terminada a seca, nem todos voltaram imediatamente, pois alguns ficaram em casa dos brancos ou por sua ou sem sua vontade.

Ainda o autor acima citado registra outro depoimento a respeito da seca de 1971, Manoel Antônio Dantas Correia, sertanejo do Seridó da província do Rio Grande do Norte, onde comenta que: *os moradores não puderam continuar por muito tempo em seus lugares; passada a época que seria de chuvas, famílias inteiras se deslocaram a pé, em busca dos agrestes da beira-mar, distante 50 léguas, morrendo à fome pela estrada...* (p. 268). Percebe-se a partir dos registros históricos que há tempos o povo do Semiárido convive com estes fatores naturais.

Então, o se pode fazer é encarar a realidade e direcionar políticas específicas que de fato desenvolva estas áreas e garanta o acesso a água e ao alimento. Uma política pública que a partir do processo educativo promova de fato um desenvolvimento sustentável e garanta a qualidade de vida do povo que nele reside.

Carvalho (2008) salienta que para garantir a implantação de uma verdadeira política de educação é preciso buscar parcerias entre os órgãos governamentais, as estruturas sindicais, as

organizações corporativas e as diferentes experiências acumuladas por organizações não-governamentais, além de organizações ligadas ao desenvolvimento de tecnologia e pesquisas agropecuárias. Foi isto mesmo que fez o Parlamento Cearense, sob a Coordenação do Conselho de Altos Estudos Estratégicos da Assembleia Legislativa, quando da formulação da proposta da “Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense”.

O mesmo buscou parcerias com as organizações acima citadas e juntas criaram um documento com todas as orientações para a integração das diversas políticas setoriais, tendo por base o arcabouço jurídico legal. Um trecho deste documento revela que: *“a convivência com a semiaridez envolve bem mais do que programas pontuais e novos aportes tecnológicos... A vida na região semiárida exige a inclusão de um olhar cultural diferenciada que permita equacionar o desenvolvimento socioeconômico com o uso sustentável dos recursos naturais”* (p. 199). Para tanto é preciso incorporar uma política de convivência harmoniosa entre o povo, a natureza e as especificidades desta região, debatendo na sociedade e instituições temas relevantes sobre o Semiárido, seus problemas e suas potencialidades.

1.3 A Operacionalidade da Educação no Semiárido Brasileiro

Muitas instituições não governamentais e ONG's vêm lutando e trabalhando para que se dê a atenção necessária para as questões do Semiárido, incentivando uma educação para a convivência com o mesmo e interferindo nas políticas que são direcionadas para esta região. Dentre alguns órgãos que abraçaram esta luta está a ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro), Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), ETER (Redes de Assistência Técnica e Extensão Rural), ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e alguns centros que veem trilhando algumas experiências neste sentido como o Centro Sabiá, o Caatinga, IRPAA (Regional Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada) entre outros.

Estas instituições vêm se esforçando para que seja implementada uma educação voltada para uma convivência com o Semiárido. Educação esta que contemple a realidade deste povo, que convive, há tempos, com a semiaridez e a variabilidade climática. Nesta perspectiva, pode-se indagar qual o papel da escola diante deste processo?

Sendo a escola, o espaço onde os filhos e filhas dos agricultores passam a maior parte de seu dia, é nela onde se deve iniciar primeiramente uma educação para a vida no campo, difundindo e aprofundando conceitos e conhecimentos ligados a este modo de vida, tais como os de agroecologia, como a erosão e a desertificação, esta última causadora de diversos problemas que afetam diretamente a vida desta população. A Agenda 21, elaborada na Eco-92

define o processo de desertificação como sendo *a degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e sub-úmidas secas, resultantes de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas* (BRASIL- AGENDA 21, 1996).

Assim, o conceito de desertificação é um tema muito importante e que deve ser trabalhado em sala de aula, também é preciso discutir conceitos que estão diretamente ligados a realidade dessas pessoas, principalmente na Paraíba, escutando os saberes produzidos pelas comunidades rurais e aperfeiçoando-os a luz dos conhecimentos científicos, no intuito de, assim, contribuir para o uso sustentável da terra e dos recursos naturais em prol do melhoramento de suas propriedades e de sua produção.

Esta proposta inovadora de convivência com o Semiárido é um desafio para a educação atual, para a escola e, principalmente, para os professores, pois é um processo educativo que envolve o aluno, os agricultores e a comunidade em geral, contribuindo tanto para construção de conhecimentos sobre a região, como para disseminar ideias sobre a viabilidade da área do Polígono das Secas nos diferentes segmentos da sociedade. Esta proposta leva em conta situações concretas da realidade dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, e isso significa valorizar as histórias contadas pelo povo, às brincadeiras, as vivências, as opções de lazer, as possibilidades de convivência, os desejos, as subjetividades, as relações com o ambiente (social e natural), tudo isso aproveitando a realidade “dos quintais de casa” (LINS, SOUSA & PEREIRA, 2004, p. 92-120).

Dentro deste contexto, a Geografia tem um papel importante na contribuição dos conhecimentos necessários para entender e explicar o espaço rural paraibano. Trabalhando temas como: erosão, desertificação, clima, Caatinga, entre outros inerentes a esta ciência, o professor pode e deve a partir dos conhecimentos prévios dos alunos estabelecer conexões e conceituar os fenômenos. Lana de Souza Cavalcanti (2006) é feliz em sua abordagem sobre a representação social como meio de construção de conceitos, e isso significa *construir junto com os alunos os conceitos a partir do conhecimento de mundo que eles trazem consigo no decorrer de sua vida social*.

Ela esclarece a importância de ter como base a forma como eles observam os fenômenos e como solucionam seus problemas. Martins (2006, p. 124) destaca que *é importante fazer com que a educação escolar ‘perceba a vida’ e ‘faça da vida um objeto de conhecimento’, rompendo com a perspectiva pretensamente neutra, racionalista e universalizante*, partindo do conhecimento da realidade local para, então, se compreender os fenômenos a nível global.

Para que se tenha, de fato, um real desenvolvimento do Brasil, é necessário que se desenvolva suas regiões Semiáridas, onde se insere a região Nordeste e o Estado da Paraíba. Não tem como acabar com os problemas desta região se não forem implementadas políticas que, de fato, promovam o desenvolvimento sustentável destas áreas. E tais políticas devem também incluir o espaço escolar, com o objetivo não só de instruir o sujeito para uma vida na sociedade, mas de promover seu desenvolvimento humano este que, segundo o Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em parceria com o Ministério da Educação e do Desporto, cuja finalidade é *buscar entender e operacionalizar a evolução da capacidade de raciocinar e imaginar, da capacidade de discernir, do sentido das responsabilidades* (DELORS, 2006, p.09).

Ainda o mesmo autor acima citado observa que a ideia de educação deve ser encarada como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, de sua capacidade de agir. É dentro desta proposta que as instituições de ensino e o Estado podem e devem orientar-se neste sentido de educar para a convivência no Semiárido, implementando ações tais como: formação de técnicos na área ambiental para atuar junto as comunidades na troca de experiências; mobilizar a comunidade como espaço de educação ambiental; oferecer cursos de capacitação aos professores e renovar o material educativo para este fim; instrumentalizar a população para a gestão correta dos recursos naturais a nível local e regional com a perspectiva da melhoria da qualidade de vida e do equilíbrio ambiental; medidas técnicas para minimizar os impactos ambientais também podem ser adotadas.

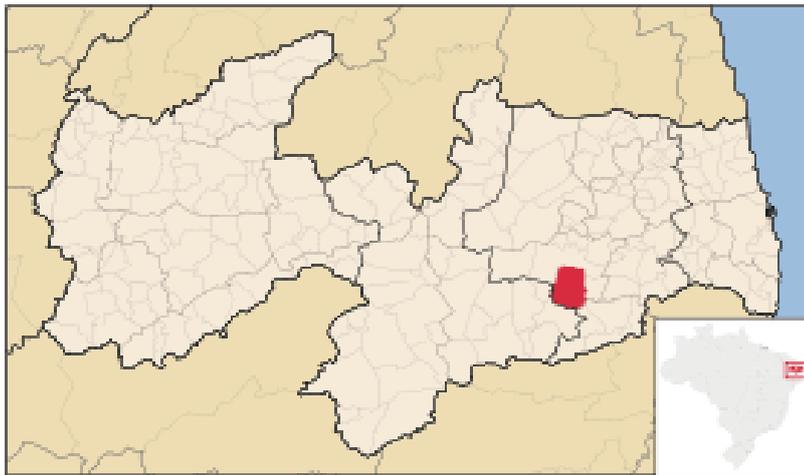
Enfim, é imprescindível para um desenvolvimento pleno da Região Semiárida Nordestina e Paraibana, o direcionamento de políticas públicas que desfaçam o discurso de combate à seca e promovam o desenvolvimento da região com um olhar para uma convivência com este espaço, levando em conta suas particularidades e potencialidades para desenvolver de forma sustentável esta região, observando a demanda e limites da natureza, mas garantindo a melhoria na qualidade de vida desta população. Políticas também educacionais voltadas para a escola devem ser abraçadas, com o objetivo de dar suporte aquela, adequando os conteúdos e metodologias que sejam condizentes e importantes na solução de problemas que surgem no cotidiano destas pessoas.

3- METODOLOGIA

3.1- CARACTERIZAÇÕES DA ÁREA DE ESTUDO

A Escola Estadual Francisco Ernesto do Rêgo, mais conhecida como “O Ernestão”, localiza-se as margens da BR 104, na Avenida Severino Bezerra Cabral - S/N, no centro da cidade de Queimadas – PB (Figura 1). Esta escola foi criada em 1975, na administração do prefeito Sebastião de Paula Rêgo, nascem como escola municipal com o ensino de 1º grau (5ª à 8ª séries).

Figura 1- Localização de Queimadas no Estado da Paraíba



Fonte: Wikipédia 2015.

Figura 2 - Localização da EEEFM Francisco Ernesto do Rêgo por meio da imagem de satélite do Google Earth.



Fonte - Google Maps. Acesso 2015.

A partir de 1981, por meio de uma lei municipal, foi implementado o ensino do 2º grau (hoje denominado Ensino Médio), passando a ser chamada de Escola Municipal de 1º e 2º graus Francisco Ernesto do Rêgo, com a finalidade de proporcionar ao educando uma base de cultura e técnica que lhe permitisse a integração na comunidade, participando do trabalho produtivo ou prosseguindo em seus estudos, capacitando-os profissionalmente e conscientizando-os dos seus direitos e deveres de cidadão (Figura 2).

Figura 3 - A Escola Estadual Francisco Ernesto do Rêgo



Fonte - Própria autora, 2015.

Em 12 de agosto de 1982, no governo de Wilson Braga, a escola foi estadualizada por meio do decreto nº 9568, tornando-se a ser chamada Escola Estadual de 1º e 2º graus Francisco Ernesto do Rêgo. Foram diretores deste estabelecimento de ensino: Saulo Leal Ernesto de Melo, Maria da Guia Leite, Marizabel Toscano de Oliveira, Lauro de Aguiar Leite, José Miranda Filho, Antônio de Farias da Costa, Ritaci Barros Leal, e atualmente, está sob a direção de Maria do Socorro de Miranda e suas adjuntas Gracilete Guilherme Freire e Maria Emília da Nóbrega Souto.

Quando de sua fundação seu quadro de professores e profissionais era formado por:

I – *Língua Portuguesa*: Rosane Maria Lourenço Gomes – Graduada do Curso de Letras na Universidade Regional do Nordeste;

II – *Matemática*: Saulo Leal Ernesto de Melo – Engenheiro Civil;

III – *Geografia*: Maria da Guia Leite – Licenciada em Estudos Sociais;

IV – *Moral e Cívica* – Genésio Gomes Pereira Filho – Bacharel em Ciências Jurídicas;

V – *Ciências*: Antônio Olímpio de Arruda – Graduando do Curso de Farmácia e Bioquímica;

VI – *Educação Física*: Walmir Roberto de Lira – Graduando do Curso de Licenciatura em Educação Física;

VII – *História*: Evilásio Tenório de Araújo – Graduando do Curso de Ciências Jurídicas;

VIII – *Língua Inglesa* – Maria José Leal Ernesto de Melo – Graduanda do Curso Ciências Jurídicas e do Curso de Licenciatura em Inglês;

IX – *Educação Artística*: Maria da Guia Dantas Oliveira – Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Atualmente, “O Ernestão” (nome popular, o qual passou a ser chamado) conta com 22 salas de aula, uma quadra e um ginásio poliesportivo, um laboratório de informática e outro de físico-química e biologia, uma sala de vídeo, uma biblioteca, o espaço da secretaria e duas salas para a direção (diretora e vices) da escola. Quando da época do auge desta escola, devido a quantidade de alunos matriculados, que era superior à capacidade do prédio gerenciado pelo Governo do Estado da Paraíba, o mesmo teve que alugar dois prédios para ser suas sucursais e para alocar o excedente de alunos. Um localizado no centro da cidade, cerca de 2 km da sede, popularmente conhecido como “Dinâmico” (Figura 3).

Figura 3 - Colégio Dinâmico



Fonte - Própria autora, 2015.

E a outra o “Ernestão do Ligeiro”, distante 10 km do prédio principal, localizado próximo ao Bairro do Ligeiro (Figura 4).

Figura 4 - Ernestão do Ligeiro



Fonte - Própria autora, 2015.

Nas sucursais funcionava apenas o ensino de nível médio. O primeiro no turno da manhã, e o segundo nos turnos tarde e noite. Vale ressaltar que nestas sucursais não se encontravam as mesmas condições de infraestrutura do prédio principal. Não existiam bibliotecas, salas de vídeo, laboratórios e áreas para a prática de esportes. No caso da sucursal “Dinâmico”, até mesmo as salas de aula, se mostram inapropriadas, levando-se em consideração suas dimensões espaciais e condições de ventilação.

Até o ano de 2014 tinha-se revertido à situação e o Ensino Médio só funciona no prédio principal, a sede, oferecendo nos turnos manhã, tarde e noite e a sucursal Dinâmico oferecendo o Ensino Fundamental. Após 2013, os alunos que faziam parte da sucursal “Ernestão do Ligeiro” foram absorvidos pela nova escola construída pelo governo do Estado a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Teresa Alves Moura, localizada no Ligeiro (Figura 5).

Figura 5 - EEEFM Teresa Alves Moura



Fonte - Própria autora, 2015.

Atualmente, a escola é uma referência no ensino do Município e no Estado, por se tratar de uma escola de grande expansão, contando em 2014 com 2410 alunos, distribuídos em: Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular, Ensino EJA Médio, PROEJA (Comércio, Gestão e Negócio), PROJOVEM Urbano, Mais Educação e Projeto Alumbrar (correção de Fluxo). No ano de 2014, seu corpo docente era formado por 104 professores qualificados em licenciaturas, especializações, mestrados e doutorados, que fizeram a história de tantos que por lá passaram. Em 2015, o “Ernestão” completa 40 anos de ensino.

Para dar suporte a este trabalho o procedimento metodológico constou de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática e aplicado questionários direcionados tanto aos alunos quanto a direção da escola. Os questionários direcionados aos alunos foram aplicados nas turmas do terceiro ano do ensino médio, nos turnos manhã e tarde, com um público investigado de 115 alunos.

Esta série foi escolhida para aplicação dos questionários por acreditar-se que estes alunos teriam um maior conhecimento acerca da região em que moram e vivem, já que estão cursando o último ano do ensino médio e este conteúdo deveria estar contido na matriz curricular. Nestes questionários, buscou-se saber quantos alunos estavam vinculados ao trabalho e a vida na zona rural. Se no processo de ensino-aprendizagem a escola aborda a realidade local e cultural a qual eles estão inseridos, se eles se utilizam de algum saber apreendido na escola na solução de problemas em seu cotidiano e se a escola incentiva para um desenvolvimento sustentável. Além disso, recorreu-se verificar se estes alunos tem um bom conhecimento acerca das características do Semiárido, seus problemas e suas potencialidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Correlacionado à fundamentação teórica deste trabalho, foi possível buscar compreender e entender como os alunos da Escola Estadual Francisco Ernesto do Rêgo, que residem no meio rural e no urbano compreendem o saber viver e conviver numa região Semiárida provida de poucos recursos e experiências peculiares.

Com base no questionamento sobre onde os alunos desta escola residem, 57% afirmaram que moram na zona rural e 43% na urbana. Este percentual de alunos que vivem na área campestre afirmou estar vinculado à vida no campo, como sobrevivência, seja por meio da agropecuária carente e problemática ou por algum tipo de benefício do Governo Federal e/ou Estadual (bolsa família, aposentadoria, pensão).

Isto demonstra que, aos poucos, o homem campestre vem perdendo o seu referencial cultural por falta de oportunidades de permanecer neste espaço, além de que, filhos de migrantes e agricultores não querem mais viver e nem trabalhar mais na e com a terra. Ao observar este resultado de 57%, verificou-se que mais da metade do alunado da zona rural, 33% estão vinculados a alguma atividade relacionado a este ambiente. Logo, esta proposta de educar para conhecer e saber sobreviver no Semiárido seria de grande importância, não só para estes alunos como também para as comunidades as quais eles pertencem, pois os mesmos levariam conhecimentos necessários a um melhor uso e um melhor aproveitamento da natureza em uma relação que seja sustentável e produtiva.

É verdade que já se tem vários exemplos de Organizações Não Governamentais (ONG's) como o RESAB e IRPAA de que esta proposta é viável e que dá resultados. Mas, para que ela seja efetivamente implementada na Paraíba e, especificamente, no município de

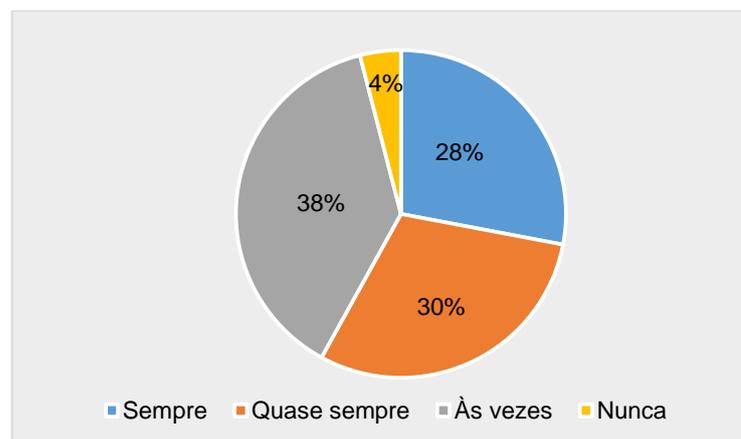
Queimadas, esta nova forma de ensinar e aprender tem que ser encarada primeiramente pelo Poder Público Estadual e Municipal, em um grande projeto que envolva os gestores escolares, professores, comunidades, alunos e sociedade com um único objetivo.

Este objetivo destina-se conhecer melhor a região do Semiárido, tendo consciência de seus problemas, mas também buscando soluções locais e/ou regional viáveis através de suas riquezas e potencialidades para que se tenha um desenvolvimento sustentável e digno para uma sociedade tão excluída dos projetos públicos, melhorando as condições sociais e econômicas desta população e, ao mesmo tempo, gerenciar a preservação da natureza e a conservação do meio ambiente.

Uma prática pedagógica que a todo tempo remeta a realidade socioeconômica e cultural dos alunos, levando em conta seus conhecimentos de mundo e suas práticas cotidianas. Como comenta Martins (2006, p. 240) *as pessoas não estão de forma alguma soltas no ar, no tempo, à mercê das eventualidades. Elas estão inseridas numa cultura, num modo de vida; estão ligadas a uma memória, a uma linguagem de sentido (...)*. Logo, isto significa inserir no processo de ensino-aprendizagem atividades lúdico como brincadeiras, jogos, teatros entre outros na perspectiva de promover opções de lazer, suas vivências e relações com o ambiente social e natural.

Visto a grande importância de se trabalhar à realidade dos alunos para que se tenha um real aprendizado, foram essenciais para esta discussão verificar se na escola referenciada, os professores no desenvolver dos conteúdos em sala de aula, se utilizam de exemplos da realidade a qual os alunos se inserem. Os resultados expostos no Gráfico 1 demonstram a seguinte realidade dos professores quanto aos conteúdos sobre a Região Semiárida:

Gráfico 1 - Os professores fazem alguma relação dos conteúdos em sala de aula com sua vivência no Semiárido?



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

O gráfico acima mostra que um percentual de 38%, ou seja, 44 alunos disseram que só *às vezes* os professores fazem a relação dos conteúdos com sua realidade de vida. 28% dos mesmos responderam que *sempre* este fato acontece, outros 30%, ou 34 alunos responderam que *quase sempre* eles fazem esta relação, e 4% responderam que *nunca* os professores relacionam os conteúdos a realidade direcionada aos alunos. Nota-se, pelos resultados, que nesta escola os professores se esforçam na tentativa de relacionar os conteúdos dando exemplos da realidade local de seus alunos.

Executar nas escolas esta metodologia baseada em um Ensino Contextualizado para uma Convivência no Semiárido Paraibano não é uma tarefa fácil, pois observa-se que o Poder Público Estadual, apesar de ter conhecimento dos resultados satisfatórios dos vários projetos implementados por ONG's em outras regiões e da viabilidade desta prática nas escolas da rede particular e, principalmente, pública, ainda não vem mobilizando efetivamente para a implantação deste grande projeto.

Apesar disto, este fato não impede que as escolas em seu Projeto Pedagógico busquem abranger esta causa e adéquem seus currículos, reformulando e problematizando os conhecimentos em prol da realidade do Semiárido Paraibano e Queimadense. Mas para que esta nova maneira de ensinar e aprender seja, de fato, efetivados nas escolas, é necessária a participação de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, a partir do entrelaçamento das diversas áreas do conhecimento, proporcionando uma educação interdisciplinar. Menezes & Araújo (2007), relatam que:

A educação contextualizada referenda o princípio político da valorização e articulação dos saberes; bem como a valorização dos espaços de aprendizagem, como a comunidade, o bairro, (...) a preocupação fundante é não restringir os saberes e os conhecimentos apenas ao ambiente da escola, mas articulá-los com os saberes da vida, nas suas variadas dimensões: afetiva, social, prática, estética, cultural. (p. 36).

Trabalhando em conjunto, cada disciplina, cada ciência, poderá dar sua contribuição na caracterização e compreensão dos aspectos físicos, sociais, culturais, econômicos e políticos da Região Semiárida Paraibana. Neste caso, a Geografia terá um papel fundamental neste processo por analisar os fenômenos a partir do espaço geográfico, no qual se dá as relações do homem com a natureza e do homem com o homem. A Geografia poderá ser uma grande aliada na efetivação deste projeto de educação, pois poderá a partir dos múltiplos espaços, como a comunidade, o bairro, ajudarem no entendimento dos processos naturais e sociais que ali se desenvolvem.

Para que a Geografia cumpra seu papel dentro da perspectiva de uma educação voltada para a Convivência Contextualizada com o Semiárido Paraibano, é necessário que se faça uma reflexão sobre a Geografia que se ensina nas escolas, principalmente do âmbito público. Atualmente, a modalidade predominante é o uso do livro didático, criado para seguir de guia para o professor, que acabou por ficar preso a ele, tornando-se aquele sua “bíblia”, com fomento teórico e não da prática vivenciada pela população.

Segundo Oliveira (1987), é este material que se tem transformado no definidor da Geografia que se ensina, é ele que tem sido caracterizado e caracteriza o que é Geografia atualmente. Mas será que esta Geografia do livro didático tem acompanhado as transformações que vem ocorrendo na sociedade? Sabe-se que o atual ensino de Geografia não satisfaz nem o aluno que se torna apenas receptáculo de conhecimentos e nem mesmo ao professor que acabou por perder sua condição de produtor do mesmo.

Yves Lacoste apud Oliveira (1987) *chega a afirmar que hoje nós temos uma Geografia sendo produzida nas universidades e “outra Geografia” sendo ensinada nas escolas de 1º e 2º graus, a denominada por ele “Geografia dos Professores”*. Esta colocação é uma alusão ao fato de que a produção dos livros didáticos de Geografia não tem acompanhado as transformações que a ciência geográfica tem vivido nos últimos tempos. Assim, a Geografia que se ensina quase nada tem a ver com a Geografia produzida nas universidades. E o professor se tornou um mero repetidor dos conteúdos do livro didático.

É preciso romper com o vício do livro didático e direcionar o ensino de Geografia para a realidade dos alunos, como onde mora, cultura, status social, nível econômico da família, renda, entre outros partindo do conhecimento global, mas se concretizando no entendimento do local. Um conhecimento geográfico que seja efetivado no cotidiano dos alunos, oferecendo o conhecimento necessário para que eles compreendam e se relacionem melhor com o espaço que habita. Para tanto, requer-se o domínio dos conceitos inerentes ao Semiárido Brasileiro a esta disciplina e a sua linguagem coloquial. Ai vem à indagação: como passar estes conceitos (cientificamente) de Geografia para os alunos de forma que eles relacionem os mesmos com seu espaço de vivência? A resposta ainda está no uso das representações sociais como ferramenta neste processo.

Logo, se o ensino de Geografia nas escolas parte deste pressuposto do conhecimento que os alunos levam para a escola acerca de determinados fenômenos ditos geográficos que envolvem o Semiárido Paraibano, sendo polida a luz do conhecimento científico. Não restam dúvidas de que a Geografia cumprirá seu papel no contexto de uma educação para a convivência com esta região.

Direcionando esforços também na tentativa de desmistificar a visão equivocada (esta que a escola também contribui na construção) que se formou no imaginário popular de que a Região Semiárida é castigada pela natureza, só tem fome, miséria, que é um lugar ruim para se viver, sem condições de desenvolvimento, sem oportunidades de trabalho e mostrar outra realidade que é a de suas riquezas e possibilidades de um efetivo desenvolvimento socioeconômico.

Este estereótipo negativo que se formou sobre o Semiárido, faz com que a população principalmente os mais novos não queiram permanecer no campo nem se capacitar para a vida nele. Foi questionado se os alunos entrevistados pretendem morar ou continuar morando na zona rural ou se capacitar profissionalmente para exercer atividades inerentes a vida no campo. De 100% alvo desta pergunta, 72% disseram não. Revelando um reflexo da imagem negativa que se formou acerca do Semiárido, e principalmente da zona rural, aliada a falta de políticas públicas eficazes que dê uma real condição de vida e permanência nesta região.

Confirma-se este fato ao observar as justificativas dadas pelos alunos nos quais disseram que não querem morar, continuar morando nem exercer profissão neste espaço porque tem “*dificuldade de locomoção*” lá “*a vida é muito difícil*” porque “*não tem transporte*”, e “*fica difícil se locomover para a zona urbana*”, assim “*quer morar perto do trabalho*”, pois a área rural “*é longe e tem lama quando chove*”. Enfim, nota-se através das justificativas expressas por vários alunos a falta de uma mínima infraestrutura que dê um mínimo de condições de vida a esta população.

Dos 115 alunos que responderam os questionários, e responderam à pergunta; apenas 32 disseram que sim; e destes, 28% afirmam pretender apenas continuar morando, isso porque “*é bom morar lá*”, “*morar na zona rural é tranquilo*”, “*tem ar puro*”. Mas que, não pretendiam trabalhar no mesmo, pois as oportunidades de emprego são mínimas e sem valorização, que preferiam se capacitarem em uma profissão relacionada à vida na zona urbana.

Apesar dos resultados, observa-se que em alguns alunos, há o desejo de adequar sua vida profissional ao meio rural, pois em suas justificativas eles indagaram que pretendiam se capacitar para viver na zona rural, pois queriam “*ser alguém na vida*”, “*gosta de ser agricultor*”, “*poder cultivar a própria comida*”, e “*continuar as atividades dos antepassados*”, porque “*a agricultura é importante*”.

Analisando essas falas, pode-se concluir que se houver um investimento na área rural, que dessas condições de emprego e renda para a população que lá reside, com um

mínimo de infraestrutura que proporcionasse uma melhoria na qualidade de vida, o êxodo rural iria de fato ter uma grande diminuição.

O Governo Federal e Estadual têm consciência desta realidade, tanto que tem oferecido cursos profissionalizantes por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) destinado à agricultura e pecuária familiar. No entanto, seu alcance é mínimo, ou pela dificuldade de acesso ou mesmo pela falta de interesse dos alunos em enveredar por esta área, tendo consciência da atual vida na zona rural. Ao se perguntar aos alunos se possuíam algum curso profissionalizante relacionado a vida na zona rural ou se pretendiam fazer algum, observou-se que são poucos os alunos que querem trabalhar ou continuar exercendo atividades neste espaço.

No entanto, foram referenciados no questionário aplicado na pesquisa de campo aos alunos três questionamentos a questão de cursos profissionalizantes que fizeram ou pretendem fazer:

1. Alunos que possuem curso profissionalizante relacionado a vida na zona rural ou que pretende fazer algum – 7% possuem ou pretendem, enquanto 93% não possuem e nem pretendem.
2. Alunos residentes na zona rural que possuem curso profissionalizante relacionado com este espaço ou que pretende fazer algum – 9% possuem ou pretendem e 91% não possuem e nem pretendem.
3. Alunos residentes na zona urbana que possuem curso profissionalizante relacionado a vida na zona rural ou que pretende fazer algum – 4% possuem ou pretendem e 96% não possuem e nem pretendem.

Observando os resultados acima se verifica que apenas 7% dos alunos que responderam esta pergunta possuem ou querem realizar curso para exercer atividade relacionada a vida na zona rural. Dos que moram na zona rural esta porcentagem sobe para 9% e cai para 4% para os que residem na zona urbana.

Da minoria que frequenta algum curso, a maioria é pelo Pronatec, trabalhando a agricultura familiar. Os que responderam que possuem o desejo de se capacitarem profissionalmente para morar e trabalhar no campo citou como cursos pretendidos: gastronomia, medicina veterinária, engenharia agrícola e agronomia. Notadamente a ampliação dos investimentos em cursos técnicos profissionalizantes acessíveis a todos que moram e vivem da terra e que dê suporte as culturas produtivas do Semiárido Paraibano é imprescindível para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico desta região, contribuindo para a permanência de sua população.

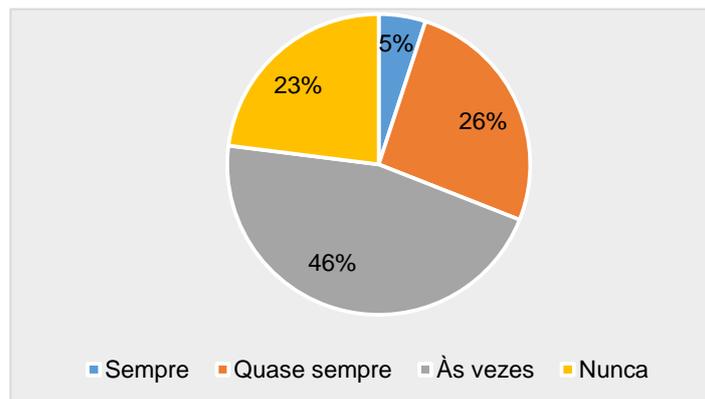
Nesta perspectiva de desenvolvimento de uma Educação Contextualizada para a Convivência no Semiárido Paraibano, observa-se a importância de direcionar o ensino das diversas áreas do conhecimento inserindo-as, num contexto social, por conseguinte, os conteúdos, o conhecimento trabalhado de forma isolado, de nada serve se não tiver utilidade prática na vida das pessoas, se não ajuda-las a se relacionarem melhor uns com os outros e com a natureza.

É de grande importância que a escola, a ciência geográfica e o professor percebam a necessidade de atualizar seus saberes diante da nova realidade que o mundo expressa, como observa Callai (2001, p. 134): *o mundo tem mudado rapidamente e com ele devem mudar também a escola e o ensino que nela se faz*. Desenvolvendo uma prática pedagógica preocupada com o desenvolvimento da cidadania do aluno, capacitando-o a agir e transformar seu contexto social. Já para Santos (1998, p. 121), *para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos*.

O professor não deve aceitar os conteúdos prontos que trazem os livros didáticos. Mas produzi-los com os sujeitos envolvidos em situações concretas de ensino-aprendizagem, enfocando os aspectos culturais, religiosos, trabalhando temáticas do Semiárido, tais como, a importância do Rio São Francisco, o bioma Caatinga e os problemas-chaves que afetam esta região tais como a falta e acessibilidade da água, impactos ambientais, devastação da vegetação, erosão, desertificação entre outros.

Quando se perguntou aos alunos se nas aulas, os professores trabalhavam a cultura local e regional tais como: comidas, bebidas, danças, cantorias, cordéis entre outros, a resposta obtida foi: apenas 5% responderam que *sempre* estes temas eram trabalhados em sala de aula, 26% disseram *quase sempre*, 46% afirmaram que *às vezes*, e 23% enunciaram que *nunca* estudaram estes temas em sala de aula. Como pode ser observado no Gráfico 2.

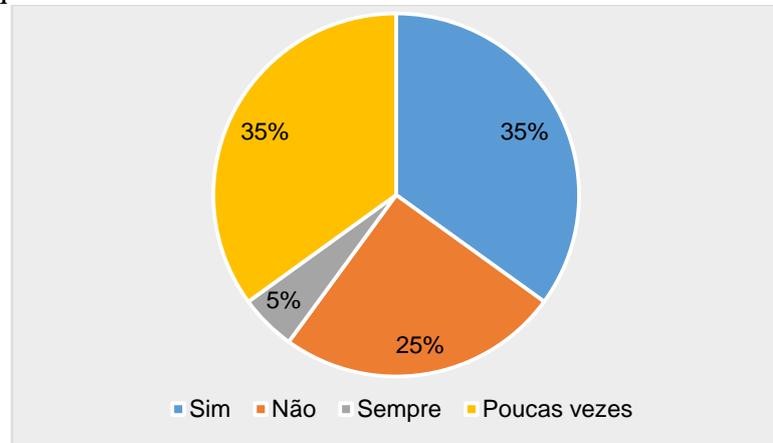
Gráfico 2 – Quanto ao trabalho dos professores relacionados a explanação da cultura local e regional



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Ainda foi questionado aos mesmos se eles utilizam ou já se utilizaram de algum conhecimento adquirido na escola acerca do Semiárido, que contribuiu para alguma melhoria nas atividades do seu dia a dia e na qualidade de vida, como uma melhor gestão dos recursos hídricos em sua casa por exemplo. O resultado está visível no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Vocês (alunos) utilizam ou já se utilizaram de algum tipo de conhecimento adquirido na escola acerca do Semiárido?



Fonte – Pesquisa direta, 2014.

Com base no Gráfico 3, verificou-se que apenas 5% afirma *sempre* utilizar os conhecimentos adquiridos na escola em seu cotidiano, 35% disseram que *sim*, que já usou de algum tipo destes conhecimentos na solução de problemas em seu dia a dia, igualando-se com a resposta dos que disseram ter sido *poucas vezes* que também foi de 35%, enquanto 25% responderam *nunca* terem feito uso destes conhecimentos em sua vida prática.

Foi perguntado aos alunos, se os mesmos participam ou já participaram de algum projeto ou atividade oferecida pela escola relacionada à temática do Desenvolvimento Sustentável para a Região Semiárida. As respostas obtidas relatam os seguintes percentuais: 97% enunciaram que *não* e 3% que *sim*. E mesmo os que responderam *sim*, relacionou às palestras e os seminários sobre lixo e energia solar, por exemplo, citados por estes. O que não configura como um projeto efetivo de atividades de ação social e de uma Educação Contextualizada.

Também foi pronunciado um questionário com três perguntas para a direção deste estabelecimento de ensino, nas quais foram levantadas questões sobre qual a contribuição da escola no desenvolvimento desta proposta que é: educar para a convivência e permanência no Semiárido Paraibano e Queimadense. As perguntas estão abaixo assinaladas com suas respectivas respostas, as mesmas elaboradas pela Diretora da Escola Estadual Francisco Ernesto do Rêgo (O Ernestão).

Pergunta 1 - A educação desenvolvida no Semiárido é sustentada sobre valores e concepções equivocadas sobre a realidade da região? Torna-se evidente a necessidade de práticas pedagógicas voltadas para a realidade desta população, valorizando seus aspectos culturais, regionais, sociais e políticos? Nesta perspectiva, qual a contribuição desta escola para uma Educação voltada para a Convivência com o Semiárido?

Resposta - *A escola pode contribuir elaborando projetos dentro da perspectiva cultural, regional, social e político, envolvendo alunos e professores* (Maria do Socorro de Miranda Ribeiro - Diretora Escolar).

Pergunta 2 - Quais as estratégias educativas produzidas por esta escola no sentido de viabilizar uma proposta de convivência com a região, na perspectiva do desenvolvimento sustentável?

Resposta - *Oficinas, palestras e aula de campo* (Op. cit.).

Pergunta 3 - Quais as necessidades e desafios desta escola para a implementação de uma prática pedagógica voltada para a Convivência com o Semiárido Paraibano e Queimadense?

Resposta - *Falta de incentivo e de profissionais habilitados* (Op. cit.).

Observando as respostas da Diretora da Escola O Ernestão, constata-se que além de muito sucintas, as mesmas deram um leque de possibilidades que na prática não se desenvolve nesta escola. No entanto, a pergunta foi clara ao indagar na primeira questão: (...) *qual a contribuição?* (...) e não *qual pode ser* (...)? Ai vem uma dúvida? Foi erro de gramática, de colocação, de expressão? Talvez considerá-las que sim, se não fosse à conversa informal que se teve com a direção a respeito da temática somada as respostas dos alunos.

Na ocasião desta entrevista, a Diretora comentou que já tentou desenvolver projetos nesta linha, tais como um ligado a agricultura familiar. Mas foram inúmeras as dificuldades enfrentadas como: a falta de interesse e compromisso dos alunos atrelados as dificuldades citada por ela na terceira pergunta. Segundo a mesma abandonou o projeto, pois os recursos destinados ao mesmo, como as sementes e mudas foram saqueadas da escola pelos próprios alunos. Perguntou-se se havia fotos deste projeto para usar neste trabalho. A mesma afirmou que sim, mas não disponibilizou, logo ficou a dúvida.

É preciso que a escola ultrapasse os limites de uma educação meramente conceitual voltada apenas para questões práticas de aprender a ler, escrever e contar, e estabeleça vínculos com a realidade onde está inserida, atendendo todas as dimensões que constituem o ambiente educativo dos atores sociais envolvidos. No entanto, ela deve ter o apoio e o

incentivo do governo, tanto na promoção de melhores salários quanto na oferta de cursos de capacitação para melhor lidar com os problemas e melhor estabelecer soluções para a questão do semiárido. É a partir da Educação Contextualizada que se consolida e transforma os “saberes” evidenciados a partir da realidade em práticas sociais apropriáveis ao contexto da sala de aula.

Neste trabalho também se objetivou analisar os conhecimentos que os alunos expressavam acerca da região Semiárida, características, problemas, possíveis soluções, visão crítica acerca das políticas públicas desenvolvidas para o mesmo. E ao perguntar sobre o que é uma região Semiárida percebeu-se que apesar de alguns alunos misturarem as características gerais do Semiárido com as de outras regiões ou de áreas específicas dentro do Semiárido como o brejo e o litoral, a maioria soube identificar suas características principais. Como pode ser observado nas definições de vários alunos sobre a região semiárida. Os alunos expressaram que a região semiárida é:

1. *Uma região com escassez de chuva, plantas xerófilas que parecem mortas, mas que perdem as folhas e se renova no inverno.*
2. *É uma região onde há uma grande variedade de vegetação.*
3. *É uma região onde não chove com frequência, é caracterizado por um clima seco e sua vegetação é a caatinga, ou ainda, uma região seca com chuvas apenas em alguns períodos do ano.*
4. *É caracterizado principalmente pelo solo e suas vegetações que são adaptados para o clima seco e com poucas chuvas.*

Algumas respostas dos alunos revelaram que o estereótipo do Semiárido é formado na mentalidade da população de região pobre, de fome e de miséria. Ao declararem que o Semiárido é uma região: (“...)*seca que passa vários meses no ano sem chover, em geral é uma região muito pobre*”; outro aluno disse que é “*uma região muito seca, causando mortes*.”

Foi verificado que os alunos sabem caracterizar a região e tem consciência de seus problemas. Alguns foram citados nas respostas dos mesmos como o processo de desertificação, depósito de lixo a céu aberto, desmatamento, queimadas, uso inadequado dos recursos naturais, dificuldade de reservas e acesso à água entre outros (Figuras 6, 7, 8, 9 e 10).

Figuras 6, 7, 8, 9 e 10 - Queimada da vegetação, retirada da vegetação original (desmatamento) e depósito impróprio do lixo a céu aberto



Fonte - Própria autora, 2015.

Abaixo se encontra exposto algumas respostas dos alunos ao se referir aos problemas que afetam o Semiárido nos dias atuais e suas possíveis soluções? O aluno 1 expôs que:

Um dos grandes problemas é a irregularidade de chuvas, que dificultam as reservas de água. E também uma má administração por parte dos governos que não se pronunciam diante das circunstâncias, para solucionar o problema de reservas de água no período chuvoso. Pois existem formas de armazenar água, muitos de forma simples, que a população poderia aderir no seu dia a dia.

O aluno 2 fala que um dos principais problemas é a desertificação, e segundo o mesmo uma solução viável seria:

A criação de um projeto que auxiliasse a população paraibana, principalmente os agricultores a cuidar devidamente do solo. Ele ainda comenta que: outro problema são as queimadas, que as pessoas ligadas a pecuária realizam para ter um maior espaço para o gado, que acaba ocasionando a perda de nossa vegetação. A única solução a ser feita é o reflorestamento dessas áreas.

Já o aluno 3 revela que uns dos problemas são: *As derrubadas das arvores, a falta de água, o mal cuidado com a terra em relação a agricultura com o uso de agrotóxicos que acaba enfraquecendo o solo.*

Analisando as respostas dos alunos a respeito dos problemas que cercam a região e suas possíveis soluções observa-se que os mesmos sabem desses problemas e a maioria destaca principalmente a falta de água na região, e expõe como solução a transposição do Rio São Francisco e o uso racional da água, como o não desperdício, talvez por ser estes os expostos pela mídia.

Observou-se também que estes tem um olhar crítico em relação as políticas públicas desenvolvidas para esta região – que nunca são institucionalizadas de fato. Estes tem a consciência de que os problemas que afetam o Semiárido, apesar de terem origem natural como a distribuição irregular das chuvas, em sua maior parte é fruto da falta de interesse político em solucionar-los, deixando a população a mercê da política da seca.

No questionário direcionado aos alunos foi indagado se os mesmos acreditavam que os problemas socioeconômicos e ambientais que afetam o Semiárido Paraibano são apenas de origem natural, sendo assim, inevitáveis ou também está atrelada a falta de políticas públicas eficientes destinadas à convivência com esta região? Algumas respostas estão abaixo numeradas:

1. Aluno 4 - *A nossa região é tipicamente seca, mas a negligencia dos políticos em relação a ela é muito grande, pois é mais satisfatório para os governantes deixar que o Nordeste seja visto como estar do que tentar mudar a situação;*
2. Aluno 5 - *Eu acho que está relacionado à política porque não desenvolve atividades ambientais no semiárido;*
3. Aluno 6 - (...) *é preciso acabar com a indústria da seca, pois os políticos que se beneficiam com a seca, não concluem projetos públicos que podem melhorar a situação da população;*
4. Aluno 7 - *Acredito que seja um problema relacionado à falta de políticas públicas eficientes, para que sejam mais regidos com o ser humano, e evitar que mais desmatamentos sejam praticados para que não prejudiquem o meio ambiente, teriam que pensar melhor elaborando ideias que amenizasse os problemas socioeconômicos e ambientais que afetam o Semiárido Paraibano.*

Apesar de a maioria indicar a falta de políticas públicas como o maior responsável pelos problemas da região ainda teve aqueles que identificaram a ação humana e da natureza como os responsáveis principais, esta porque a região apresenta o clima irregular com chuvas mal distribuídas no tempo e no espaço.

Verificando os aspectos ambientais e socioculturais da região Semiárida Paraibana, o que você acha que pode ser utilizado diante desta realidade para gerar emprego e renda para a população local? Esta foi à última pergunta aberta direcionada aos alunos e as respostas de alguns estão abaixo relacionadas:

1. Aluno 8 - *Criando centros de aprendizagem, tipo cursos que aperfeiçoe os agricultores dessa região fazendo-o com que ele saiba aproveitar e melhorar a terra gerando mais ganho de renda para ele e assim fazendo com que a preservação do ambiente continue, e assim evitar os problemas, que venha adquirir futuramente. Isto seria um exemplo simples para que os trabalhadores ganhe dinheiro, gerando renda e preserve o lugar;*
2. Aluno 9 - *Projetos, atividades relacionadas para os aspectos ambientais, visando uma melhoria e buscando possíveis soluções para uma boa qualidade de vida;*
3. Aluno 10 - *Implantação e extensão das empresas de nossa região com auxílio maior do governo;*
4. Aluno 11 - *A construção de reservatórios para armazenar a água, geraria empregos para pedreiros e a utilização de carros pipas geraria empregos para motorista;*
5. Aluno 12 - *Incentivar o uso inteligente da água potável e políticas do uso sustentável da terra;*
6. Aluno 13 - *Mais valorização do artesanato, culinária local, criação de animais aptos à região;*
7. Aluno 14 - *Podéria criar barragens grandes e profundas para evitar a evaporação de água e que possa atender toda a população. Podéria ser feitas atividades socioeducativas que ensinem técnicas adequadas para a região.*

Foi possível diagnosticar que na Escola Estadual Francisco Ernesto do Rêgo há um considerável número de alunos residentes na zona rural ou que estão ligados ao trabalho no campo. O que seria um ambiente favorável ao desenvolvimento da proposta de Ensino Contextualizado para a Convivência no Semiárido Paraibano. Por meio dos questionários e das conversas informais que foram realizadas, verificou-se que nas aulas, principalmente nas de Geografia, os professores no desenvolver dos conteúdos procuram relaciona-los a realidade dos mesmos, mas isto acontece em forma de exemplos isolados fora de um contexto social,

não existe por parte dos alunos um uso efetivo em seu cotidiano dos conhecimentos apreendidos na escola.

Apesar dos professores em sua prática pedagógica tentem inserir o contexto da cultura local e/ou regional, tais como a dança, as comidas, bebidas, literatura. Isto acontece de forma muito vaga, uma vez ou outra, não existe um projeto interdisciplinar de educação e ensino voltado às especificidades da comunidade. Um aprendizado direcionado para o seu dia a dia, um conhecimento que seja aproveitado na solução de problemas em seu cotidiano, tais como questões relacionadas à agricultura e pecuária, como a melhor forma de rotação de culturas ou qual espécie de animais melhor se adapta a determinada localidade por exemplo.

Vislumbra-se no geral a maioria dos alunos têm conhecimentos acerca da região semiárida e seus problemas. Mas no que se referem às possíveis soluções, muitos ainda são influenciados pela mídia, no que se refere à transposição do Rio São Francisco, a construção de cisternas e uso de carros pipa como soluções. No que se refere a imagem que eles têm dessa região, é evidente no seu imaginário ver esta área como sinônimo de pobreza, chão rachado, sem oportunidades de empregos e de uma vida melhor.

Os alunos demonstraram a necessidade de investimentos por parte do Governo Federal, Estadual e até Municipal em promover cursos técnicos profissionalizantes capacitando os agricultores para o trabalho no campo, trazendo consigo uma melhoria no manejo dos recursos naturais, buscando amenizar vários problemas como a desertificação e as queimadas, aumentando a produção e a qualidade de vida da população, diminuindo o êxodo rural para as cidades. Também criar projetos e investir nos já existentes foi alternativas citadas pelos mesmos como já foi exposto acima.

Confirma-se que a Escola Ernesto do Rêgo não desenvolve uma educação para a convivência e permanência no Semiárido Paraibano e Queimadense. O que se vê é a reprodução dos conteúdos do livro didático com alguns exemplos da realidade, quando é possível. Talvez não por falta de vontade da direção da escola e de alguns professores, mas pelas inúmeras dificuldades que se apresentam. Conforme se sabe, para executar um projeto desta natureza deve haver um grande esforço de todos que formam a comunidade escolar e rural (professores, alunos, pais, comunidade, direção) e nem sempre todos estão dispostos a inserir-se nesta ideia. Além de precisar do apoio dos órgãos governamentais responsáveis no que se refere a recursos financeiros e técnicos para dar suporte ao ensino.

No entanto, apesar das dificuldades, acredita-se que é possível desenvolver esta proposta de ensino nesta escola ou em qualquer outra que queira. Lógico que este processo é lento e demorado e pode começar com a conscientização dos diretores e professores de que é

viável e preciso para que a população possa sobreviver e permanecer em seu local de origem e com qualidade de vida. Buscar orientação das ONG's que já desenvolvem esta proposta e apoio das universidades com a adesão de técnicos agrícolas e outros relacionados a questões ambientais é um primeiro passo a ser dado na busca de inserir um projeto que se inicie na escola, mas que se concretize na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que no Brasil se diminuam as desigualdades regionais que se apresentam atualmente, principalmente no que se refere ao Nordeste. Devem-se direcionar investimentos e políticas públicas de desenvolvimento para a região Semiárida, colocando em prática projetos de efetivo desenvolvimento socioeconômico desta região.

Notadamente, trabalhar para dar condições concretas de sobrevivência e permanência da população nesta porção do Brasil tão castigada pela omissão e indiferença. Um primeiro e importante passo para esta conquista estar no direcionamento da educação, que é desenvolvida nas escolas da mesma. O projeto de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido é uma alternativa viável e eficaz na concretização deste objetivo por trazer conhecimentos e dar suporte nas atividades cotidianas da sua população, como na agricultura e pecuária.

Inserir nas escolas esta ideia, esta proposta de ensino, de trabalhar de forma contextualizada e interdisciplinar com o envolvimento de toda comunidade escolar, valorizando a realidade deste povo, trabalhando para proporcionar um maior conhecimento desta região, reconhecendo suas fragilidades, mas tirando proveito de suas potencialidades em prol de soluções dos problemas, ajudando e dando suporte em suas atividades.

Acreditamos que se formos esperar pela vontade política deste país em resolver os problemas que afetam a região semiárida e conseqüentemente o Nordeste brasileiro, iremos correr o risco de cairmos na fadiga e no cansaço, pois já tivemos diversos exemplos de que não há um mínimo de interesse em resolve-los.

O que resta a nós professores e educadores é nos reunir e começar a pôr em prática, mesmo que de maneira tímida, esta proposta educativa, desbravando junto com nossos alunos a região semiárida, adaptando os conteúdos a nossa realidade. Desenvolvendo com eles o senso crítico ao olhar as questões que os cercam. Cultivando neles a cada dia o desejo de mudança e emancipação, conscientizando-os de seu poder e seu papel transformador da sociedade.

REFERENCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. As Políticas Implementadas no Semiárido e suas Lições. In.: *Bases para a Formulação de uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense*. Fortaleza, Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, 2011. p. 134.

BARBOSA, A. G. *Sociedade Civil na Construção de Políticas de Convivência com o Semiárido*. Recife-PE: ASA, 2010. p. 35-50.

BAPTISTA, Q. & CAMPOS, C. Caracterização do Semiárido Brasileiro. p.45-50. In.: Irio Luiz Conti & Edni Oscar Schroeder (Org.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgenteSAN . Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília-DF, MDS/IABS: 2013. 208p.

_____. Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido. p.83-96. In.: Irio Luiz Conti & Edni Oscar Schroeder (Org.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgenteSAN . Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília-DF, MDS/IABS: 2013. 208p.

BEGNAMI, J. B. Pedagogia da Alternância como Sistema Educativo. *Revista da Formação por Alternância*. V 1, n. 2 (Semestral). Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, 2006. p.50-73.

BRASIL. AGENDA 21. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília-DF: Senado Federal, 1996. 585p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível: em www.ibge.gov.br. Acesso: 11/09/2014.

CALLAI, H. C. A Geografia e a Escola: muda a geografia? Muda o ensino? *Terra Livre*. N. 16. São Paulo: 2001. p. 133-152.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e Prática de Ensino*. Goiânia: Editora alternativa, 2002. p. 60 - 86.

_____. *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos*. 10 ed. São Paulo: Papirus, edição, 2006. 192p.

CARVALHO, I. C. M. C. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 3 ed. São Paulo-SP: Cortez, 2008. 227p.

DELORS, J. et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 3 ed. São Paulo-SP: Cortez, 2006. 43p.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo São Paulo*: Cortez & Moraes, 1980. 53p.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. Entrevista realizada por Tamiris Magalhães sobre Caatinga, um Bioma Desconhecido e a “Convivência com o Semiárido”. *Revista IHU Online*. Ed. 389. São Leopoldo-SP, 23 de Abril de 2012.

LINS, C. M. A; SOUSA, E. F. & PEREIRA, V. A. Educação para a Convivência com o Semiárido – a proposta de elaboração de um livro didático. In: *Educação para a Convivência com o Semi-Árido: reflexões teórico-práticas*. Juazeiro-CE: Secretária Executiva da RESAB. 2004, p. 92-120.

MARTINS, J. S. Tecendo a Rede: Notícias Críticas do Trabalho de Descolonização Curricular no Semiárido Brasileiro e Outras Excedências. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA: UFBA, 2006. p. 344.

MEC-LDB. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira*– Nº 9394/96. Brasília – DF: 1996. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> . Acesso: 15/08/2014.

MENEZES, A. C. & ARAÚJO, L. M. Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes. In: Currículo, Contextualização e Complexidade: Elementos para se Pensar a Escola no Semi-Árido. *Revista RESAB*. Juazeiro-BA: Selo Editorial da RESAB. 2007. p. 33-47.

MOURA, A. Filosofia e princípios da PEAD e do CAT. In: BAPTISTA, F. *Educação Rural: sustentabilidade do campo*. Feira de Santana-BA: MOC, 2005. 127p.

MOURA, A. *O Sumidouro do São Francisco: subterrâneos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro-RJ: Tempo Brasileiro, 1985. p.263-268.

OLIVEIRA, A. U. Educação e Ensino de Geografia na Realidade Brasileira. *Jornal Desalambar*. Nº 6, maio de 1987. Brasília-DF: AGB, 1987. 416p.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA JUNIOR, C. A. A Escola Pública como Local de Trabalho. *Revista da Faculdade de Educação*. V.17, N.1-2. São Paulo-PB: USP, dez.1991. 196p.

TAVARES, C. Educação Integral, Educação Contextualizada e Educação em Direitos Humanos: reflexões sobre seus pontos de intersecção e seus desafios. *Revista da Universidade de Maringá*. V.31. N.2, Maringá-PR, 2009. p.141-150.



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Educação
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Coordenação do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu
Especialização em Ensino de Geografia

**Questionário Aplicado aos Alunos
da
Escola Estadual Ernesto do Rego no Município de Queimadas-PB**

1. Reside na zona:

Rural Urbana

2. Possui algum curso profissionalizante na área de agricultura ou pecuária ou relacionado à vida na zona rural ou pretende fazer algum?

Sim Não Qual _____

1. Pretende morar ou continuar morando na zona rural ou se capacitar profissionalmente para exercer atividades relacionadas à vida na zona rural?

Sim Não Por quê? _____

4. Você exerce alguma atividade relacionada à vida na zona rural?

Não exerce Agricultura Pecuária Agricultura e pecuária

5. No desenvolver dos conteúdos em sala de aula, os professores se utilizam de exemplos da realidade a qual você está inserido cotidianamente?

Sempre Quase sempre Nunca Às vezes

7. Nas aulas os professores trabalham a cultura local tais como: comidas, bebidas, danças, cantorias, cordéis entre outros?

Sempre Quase sempre Nunca Às vezes

8. Já se utilizou ou usa de algum conhecimento adquirido na escola acerca do Semiárido que contribuiu para uma melhoria nas atividades do seu dia a dia e na sua qualidade de vida, tais como uma melhor gestão dos recursos hídricos em sua casa?

Sim Não Sempre Poucas vezes

9. Já participou ou participa de algum projeto ou atividade oferecida pela escola relacionada ao Desenvolvimento Sustentável para a Região Semiárida? Sim

Não Qual _____

10. A partir de seus conhecimentos, o que é uma região Semiárida e quais suas características?

11. Cite alguns problemas que afetam o Semiárido Paraibano o qual você vive e diga quais seriam as possíveis soluções para sua realidade?

12. Você acredita que os problemas socioeconômicos e ambientais que afetam o Semiárido Paraibano são apenas de origem natural, sendo assim inevitáveis ou também está atrelada a falta de políticas públicas eficientes destinadas à convivência com esta região?

13. Observando os aspectos ambientais e socioculturais da região Semiárida Paraibana, o que você acha que pode ser utilizado diante desta realidade para gerar emprego e renda para a população local?
